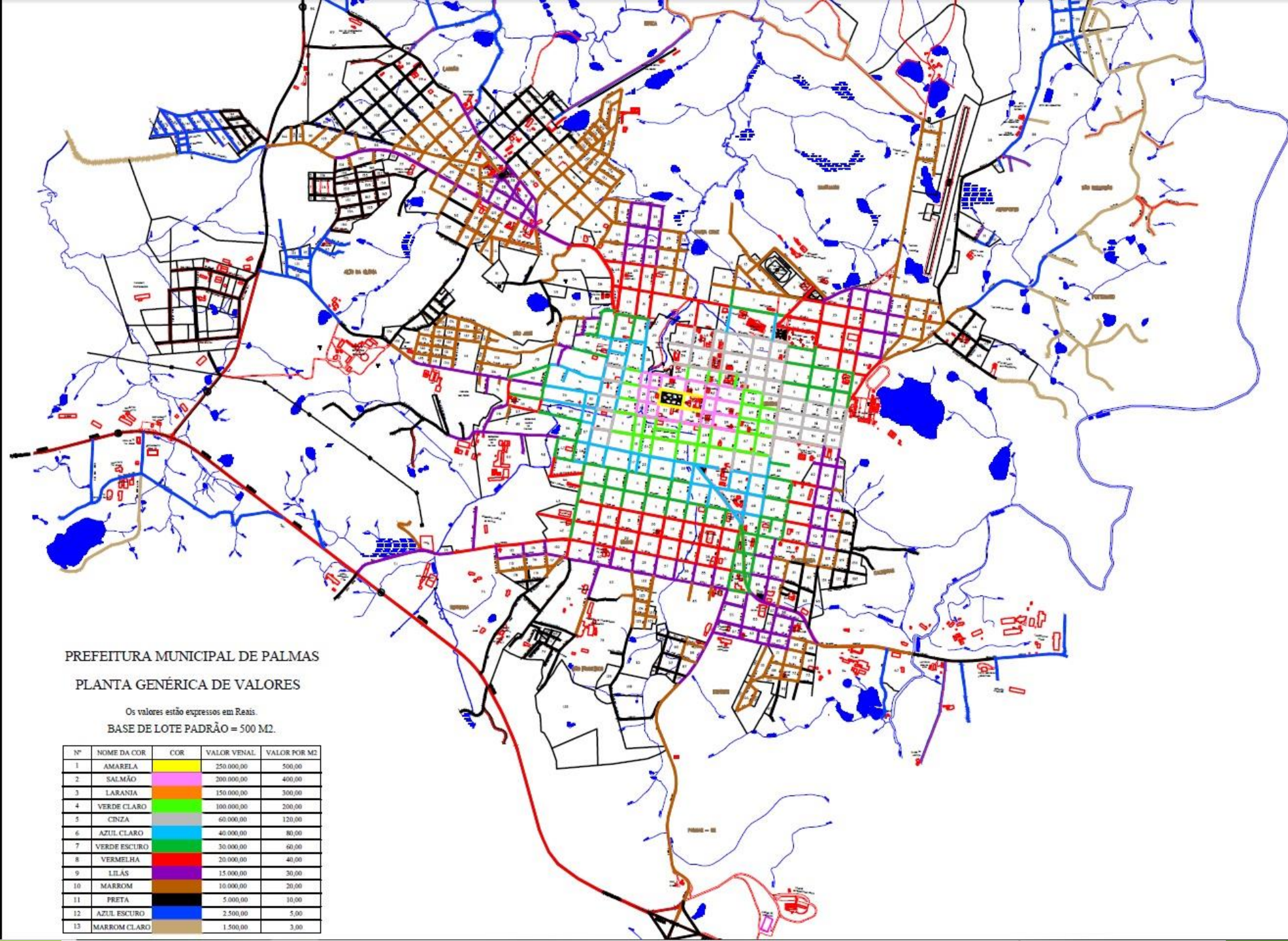


1ª Audiência Pública para apresentação e discussão sobre
a atualização da Planta Genérica de Valores do Município
e do Código Tributário Municipal

ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

ATUALIZAÇÕES TÉCNICAS E RECOMENDAÇÕES DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ -
TCE-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Os valores estão expressos em Reais.
BASE DE LOTE PADRÃO = 500 M2.

Nº	NOME DA COR	COR	VALOR VENAL	VALOR POR M2
1	AMARELA		250.000,00	500,00
2	SALMÃO		200.000,00	400,00
3	LARANJA		150.000,00	300,00
4	VERDE CLARO		100.000,00	200,00
5	CINZA		60.000,00	120,00
6	AZUL CLARO		40.000,00	80,00
7	VERDE ESCURO		30.000,00	60,00
8	VERMELHA		20.000,00	40,00
9	LILÁS		15.000,00	30,00
10	MARROM		10.000,00	20,00
11	PRETA		5.000,00	10,00
12	AZUL ESCURO		2.500,00	5,00
13	MARROM CLARO		1.500,00	3,00



LEI Nº 1721

Súmula: - “Institui o Código Tributário do Município de Palmas”

A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte:

**LEI
PARTE GERAL**

**TÍTULO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A presente Lei institui, com fundamento na Constituição Federal, Constituição Estadual, no Código Tributário Nacional e na Lei Orgânica Municipal, o Sistema Tributário do Município de Palmas, Estado do Paraná, e estabelece as normas gerais relativas à atividade tributária de competência do município, sujeito ativo da obrigação para exigir o seu cumprimento.

Art. 2º. O Sistema Tributário do Município de Palmas, PR, é regido pelo disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Orgânica Municipal, e nas demais normas complementares, supletivas ou regulamentares que compõem os sistemas tributários nacional, estadual e municipal, entre elas o Código Tributário Nacional e as disposições deste Código.

**CAPÍTULO II
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Art. 3º. Compõem o Sistema Tributário Municipal os seguintes tributos:

I- Impostos:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – **IPTU**
- b) Imposto sobre a Transmissão “Inter-vivos”, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos – **ITBI**;
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN**, não compreendidos no artigo 155, II, da Constituição Federal.

II- Taxas:

- a) Decorrentes do exercício das atividades relativas ao Poder de Polícia do Município; e,
- b) Decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

III- Contribuições:

- a) Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;
- b) Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – **CIP**.

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

Art. 451. O Poder Executivo Municipal expedirá, através de atos próprios, regulamentos e instruções que se apresentarem necessárias à correta e eficaz aplicação deste Código.

Art. 452. São partes integrantes da presente Lei os Anexos I a XII.

Art. 453. Ficam revogadas as disposições em contrário, e, especialmente a Lei Municipal nº 626, de 30 de novembro de 1977.

Art. 454. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2007.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Palmas, em 27 de dezembro de 2.006.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 769210/20

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ALTONIA, MUNICÍPIO DE ARAPONGAS, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, MUNICÍPIO DE IMBITUVA, MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MUNICÍPIO DE MARIALVA, **MUNICÍPIO DE PALMAS**, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PINHÃO, MUNICÍPIO DE PIRAI DO SUL, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE RESERVA, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE SARANDI, MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

RELATOR: CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

ACÓRDÃO Nº 284/21 - Tribunal Pleno



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

População	Municípios com PGV		%
	Total	PGV desatualizada	
Mais de 20.000 habitantes	79	63	80%
Menos de 20.000 habitantes	232	143	62%
Total	311⁷	206	66%

Tabela 1 - Nível de atualização da PGV de acordo com o porte dos municípios

⁷ Referem-se aos municípios que instituíram PGV. Outros 88 (oitenta e oito) sequer editaram a referida norma.



Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 511, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009

Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) nos municípios brasileiros.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, inciso III, do art. 27, na Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e art. 3º, do Anexo I, do Decreto Nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), quando adotado pelos Municípios brasileiros, será o inventário territorial oficial e sistemático do município e será embasado no levantamento dos limites de cada parcela, que recebe uma identificação numérica inequívoca.

Art. 2º A parcela cadastral é a menor unidade do cadastro, definida como uma parte contígua da superfície terrestre com regime jurídico único.

§ 1º É considerada parcela cadastral toda e qualquer porção da superfície no município a ser cadastrada.

§ 2º As demais unidades, como, lotes, glebas, vias públicas, praças, lagos, rios e outras, são modeladas por uma ou mais parcelas de que trata o caput deste artigo, identificadas por seus respectivos códigos.

§ 3º Deverá ser atribuído a toda parcela um código único e estável.

Art. 3º Toda e qualquer porção da superfície territorial no município deve ser cadastrada em parcelas.

Art. 4º Os dados do CTM, quando correlacionados às informações constantes no Registro de Imóveis (RI) constituem o Sistema de Cadastro e Registro Territorial - SICART.

Art. 5º Os dados dos cadastros temáticos, quando acrescidos do SICART, constituem o Sistema de Informações Territoriais (SIT).

§ 1º O cadastro temático compreende um conjunto de informações sobre determinado tema relacionado às parcelas identi-

Art. 14 A Cartografia Cadastral deve obedecer aos padrões estabelecidos para a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e às normas relativas à Cartografia Nacional, de acordo com o artigo 4º do Decreto 6.666/2008.

Art. 15 Os limites territoriais são cadastrados com atributos específicos, conforme a seguinte ordem de preferência:

- I - das parcelas;
- II - das áreas de posse, correspondentes ao limite físico;
- III - das propriedades, correspondentes ao limite legal;
- IV - dos setores cadastrais ou de zoneamento;
- V - dos distritos;
- VI - dos Municípios;
- VII - dos Estados;
- VIII - do País.

Parágrafo único - No caso de duplicidade de atributo para um determinado limite prevalecerá a ordem de preferência apresentada neste artigo.

CAPÍTULO IV - DA GESTÃO E DO FINANCIAMENTO DO CADASTRO

Art. 16 A gestão do CTM é de responsabilidade e da competência do Município.

§ 1º Sugere-se ao município constituir uma equipe técnica local devidamente capacitada, de preferência do quadro permanente, a fim de manter a integridade, atualização e continuidade na gestão do CTM.

§ 2º Para fins de gestão cadastral, os municípios, especialmente aqueles de pequeno porte, poderão formar consórcios com outros Municípios, observado o disposto no § 1º.

§ 3º É de responsabilidade do Município manter o CTM permanentemente atualizado.

§ 4º Recomenda-se que o Plano Diretor e a avaliação de imóveis do município devem ser baseados na informação cadastral atualizada.

Art. 17 O CTM será criado para a área urbana.

Art. 18 Os municípios e os órgãos municipais, estaduais e federais poderão ter acesso aos dados cadastrais, no âmbito da sua competência, respeitando-se os dispositivos legais.

Art. 19 Para financiar a implantação e manutenção do CTM recomenda-se que os municípios considerem os recursos provenientes do incremento de receitas geradas a partir do CTM e outras linhas de recursos disponíveis.

CAPÍTULO V - DA MULTIFINALIDADE DO CADASTRO

Art. 20 O caráter de multifinalidade do CTM é assegurado

§ 2º Para manter atualizada a base de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários recomenda-se que o ciclo de avaliação dos imóveis seja de, no máximo, 4 (quatro) anos.

§ 3º Para Municípios com população até 20.000 habitantes e em que não ocorra evidência de variação significativa nos valores dos imóveis, comprovada por meio de relatórios e pareceres técnicos, a avaliação de imóveis poderá ser dispensada no período de um ciclo, desde que observado o limite máximo de 8 (oito) anos.

§ 4º O nível de avaliação é definido como a média dos quocientes dos valores avaliados, conforme constam no cadastro fiscal, em relação aos preços praticados no mercado para cada tipo de imóvel. A ocorrência de nível de avaliação para cada tipo de imóvel inferior a 70% (setenta por cento) ou acima de 100% (cem por cento) indica a necessidade de atualização dos valores.

§ 5º A uniformidade é definida pelo coeficiente de dispersão dos valores, que se traduz como o percentual médio das variações, em módulo, dos valores avaliados em relação aos preços praticados no mercado, para cada tipo de imóvel. A ocorrência de coeficiente de dispersão para cada tipo de imóvel superior a 30% (trinta por cento) indica falta de homogeneidade nos valores e a necessidade de atualização.

Art. 31. Recomenda-se que o Município forneça informações claras e precisas dos dados físicos e do valor do imóvel ao contribuinte, facilitando o atendimento a esclarecimentos e reclamações decorrentes do CTM e da avaliação dos imóveis.

CAPÍTULO VII - DO MARCO JURÍDICO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. A adoção de um Cadastro Territorial Multifinalitário completo e atualizado auxiliará os Municípios brasileiros a exercerem suas competências prescritas nos artigos 30 e 156 da Constituição Federal de 1988, cumprindo a função social do seu território, prevista no texto constitucional, artigos 5º, inciso XXIII, 3º, incisos I a IV, 30, inciso VIII, 170, inciso III, 182 e 183, atendendo ao princípio da igualdade, nos termos dos arts. 5º, caput e 150, inciso II da Constituição Federal de 1988.

Art. 33 As informações do Cadastro Territorial Multifinalitário, a ser criado e atualizado de forma permanente, integram o patrimônio público, vinculado à administração pública, sujeitando-se aos princípios constitucionais da moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 34 O Sistema de Informações Territoriais destina-se a fornecer as informações necessárias para a utilização dos instrumentos da política urbana previstos no art. 4º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.



Valor recebido pelo município em IPTU até o dia 10 de março representa 41,46% do valor total lançado pela prefeitura. Foto: Dirceu Portugal

[Campo Mourão](#)[Região](#)

TCE alerta municípios para atualização periódica da base de cálculo do IPTU

ASSINE FOLHA
DE LONDRINA
|
CLASSIFICADOS

Bitcoin ▼ 103.015

Dólar ▼ 5,1944

Euro ▼ 5,1722

☀ Londrina 25°C 29°C



FAZER
LOGIN

CIDADES

POLÍTICA

ECONOMIA

GERAL

FOLHA 2

Arrecadação ⌚ 5m de leitura Atualizado em 27/07/2022, 18:00

Municípios devem revisar periodicamente planta do IPTU, diz TCE

PUBLICAÇÃO

quarta-
feira,
27
de
julho
de
2022

Levantamento aponta que o valor venal cobrado pelas prefeituras representa em média 30% do preço de mercado; recomendado é de no mínimo 70%

GUILHERME
MARCONI -
GRUPO
FOLHA



Foto: Gustavo Carneiro



TCE-PR

Municípios devem revisar periodicamente documento utilizado para calcular o IPTU

28 de julho de 2022

AA

A Nota Técnica nº 14/22 da Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), publicada na última quinta-feira (21 de julho), dispõe sobre a revisão periódica da Planta Genérica de Valores (PGV) pelos municípios do Paraná, para propiciar melhorias na arrecadação tributária municipal do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU). A portaria foi veiculada na edição nº 2.797 do Diário Eletrônico do TCE-PR.

A nota técnica, que reafirma a necessidade de os municípios tomarem providências a respeito da necessária revisão periódica da PGV, utilizada para subsidiar o cálculo do IPTU, alinha-se às Diretrizes de Controle Externo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) sobre Controle Externo da Receita e da Renúncia de Receita Pública, implementada pela Resolução Atricon nº 6/16.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

As revisões das Plantas Genéricas de Valores não obedecem aos ciclos regulares de avaliação definidos pela Portaria MCid no 511/09, de modo que se encontram defasadas

Recomendação

Considerando a inobservância ao art. 33 da Lei Federal nº 5.172/1966 e aos arts. 29 e 30 da Portaria MCid nº 511, de 07 de dezembro de 2009, recomenda-se ao(s) ente(s) jurisdicionado(s) abaixo, com fundamento no art. 267-A, § 2º, do Regimento Interno, que adote(m), no prazo de 6 meses, nos termos estabelecidos pelo Regimento Interno, a(s) seguinte(s) providência(s), com vistas ao fortalecimento da arrecadação local dos tributos imobiliários e à promoção da justiça fiscal e social, com o tratamento isonômico dos contribuintes:

- Por meio de Lei, em sentido estrito, revisar periodicamente as Plantas Genéricas de Valores (PGV), adotadas para apuração das bases de cálculo do IPTU e demais tributos imobiliários, conforme os prazos recomendados nos parágrafos 2º e 3º do art. 30 da Portaria MCid 511/2009 e tendo por base estudos técnicos capazes de retratar os valores venais de acordo com os praticados no mercado.

O cumprimento da recomendação será monitorado nos termos do art. 175-L, XIV, e 259, parágrafo único, do Regimento Interno, mediante a apresentação de Lei - em sentido estrito - atualizada da Planta Genérica de Valores (PGV), sustentada em estudo estatístico específico que estima os valores venais para os imóveis localizados no perímetro urbano do Município, sob responsabilidade do ocupante do cargo de Prefeito(a), podendo este Tribunal requisitar o auxílio do(a) Controlador Interno(a) a fim de verificar a implementação da(s) medida(s) indicada(s).

Município	Responsável pelo atendimento da Recomendação da Fiscalização	Controlador interno
399 municípios do Estado.	Prefeitos dos 399 municípios do Estado.	Controladores Internos dos 399 municípios do Estado.

VISTOS, relatados e discutidos,



Assis Chateaubriand e Rio Negro recebem determinações sobre gestão tributária

Municipal 30 de agosto de 2022 - 15:00

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)



Após realizar auditorias em Assis Chateaubriand (Região Oeste) e Rio Negro (Região Metropolitana de Curitiba), em cumprimento a seu Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2021 na área da Receita Pública, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná constatou que ambos os municípios precisam regularizar questões relacionadas a sua atividade tributária.

Em razão disso, os conselheiros julgaram procedentes duas Representações propostas pela Coordenadoria de Auditorias (CAUD) do TCE-PR. Como resultado, foram emitidas duas determinações aos referidos municípios.

Determinações

A primeira delas, endereçada somente à Prefeitura de Assis Chateaubriand, diz respeito à necessidade de se mitigar a defasagem existente entre os valores venais de imóveis utilizados para embasar a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e aqueles praticados no mercado imobiliário local. Para tanto, o município deve, em até 12 meses, realizar estudo técnico-estatístico para estimar novamente os valores venais dos imóveis situados no perímetro urbano, o qual deve servir como base para a elaboração da nova Planta Genérica de Valores (PGV). Esta, por sua vez, só vale se for promulgada na forma de lei.

A segunda, encaminhada a ambos os municípios, é relativa à cobrança feita a menor de créditos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidentes sobre os serviços de registro público, cartoriais e notariais.

A fim de solucionar o problema identificado, ambas as prefeituras precisam instaurar, dentro do prazo de seis meses, procedimentos fiscais para apurar a regularidade dos valores declarados e recolhidos a título de ISSQN pelas serventias extrajudiciais situadas nos municípios, promovendo ainda o lançamento retroativo dos créditos que não foram adequadamente constituídos, desde que respeitado o período decadencial.

Os conselheiros também advertiram os gestores responsáveis de que "a atuação negligente da administração fazendária, materializada na omissão do dever de lançar o crédito tributário, pode configurar-se como improbidade administrativa, na medida em que representa prejuízo ao erário".



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

[Mensagem de veto](#)

[\(Vide ADIN 2238\)](#)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no [Capítulo II do Título VI da Constituição](#).

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

DECRETO Nº 4.009

SÚMULA: Nomeia membros para comporem a Comissão Especial para Revisão da Planta Genérica de Valores do Município.

O Prefeito Municipal, Dr. Kosmos Panayotis Nicolaou, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso II e IV do artigo 87, inciso I, do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal; Considerando a rotatividade de servidores e a necessidade da utilização da referida Comissão para diversos fins; resolve, DECRETAR:

Art. 1º – Por meio deste Decreto ficam alterados os membros da Comissão Especial para Revisão da Planta Genérica de Valores do Município.

Presidente:

Edson Roberto Serafini

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

José Maria de Araújo Perpétuo Filho

Nilson Butner

Representantes dos Corretores de Imóveis do Município de Palmas:

Evandro Giotto de Oliveira

Marcos Elenilton Camine

Cláudio Roberto Spilmann

Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Palmas – ACIPA:

Gilmar Gubert de Oliveira

Dinarte Scopel

Representantes da Associação dos Engenheiros de Palmas:

Luiz Carlos Ferreira da Silva

Adriano Bonafé

Representantes da Procuradoria-Geral do Município:

Candice de Carvalho

Júlio César Pinto Mendes

Representantes do Departamento Municipal de Urbanismo:

Alder Paim

Magda Dametto

Engenheiros do Município (servidores efetivos):

Antônio Cristiano Lara Sampaio

Patrícia Aparecida Zini

Representantes do Departamento Municipal de Tributação e Fiscalização:

Eduardo Boese Alves

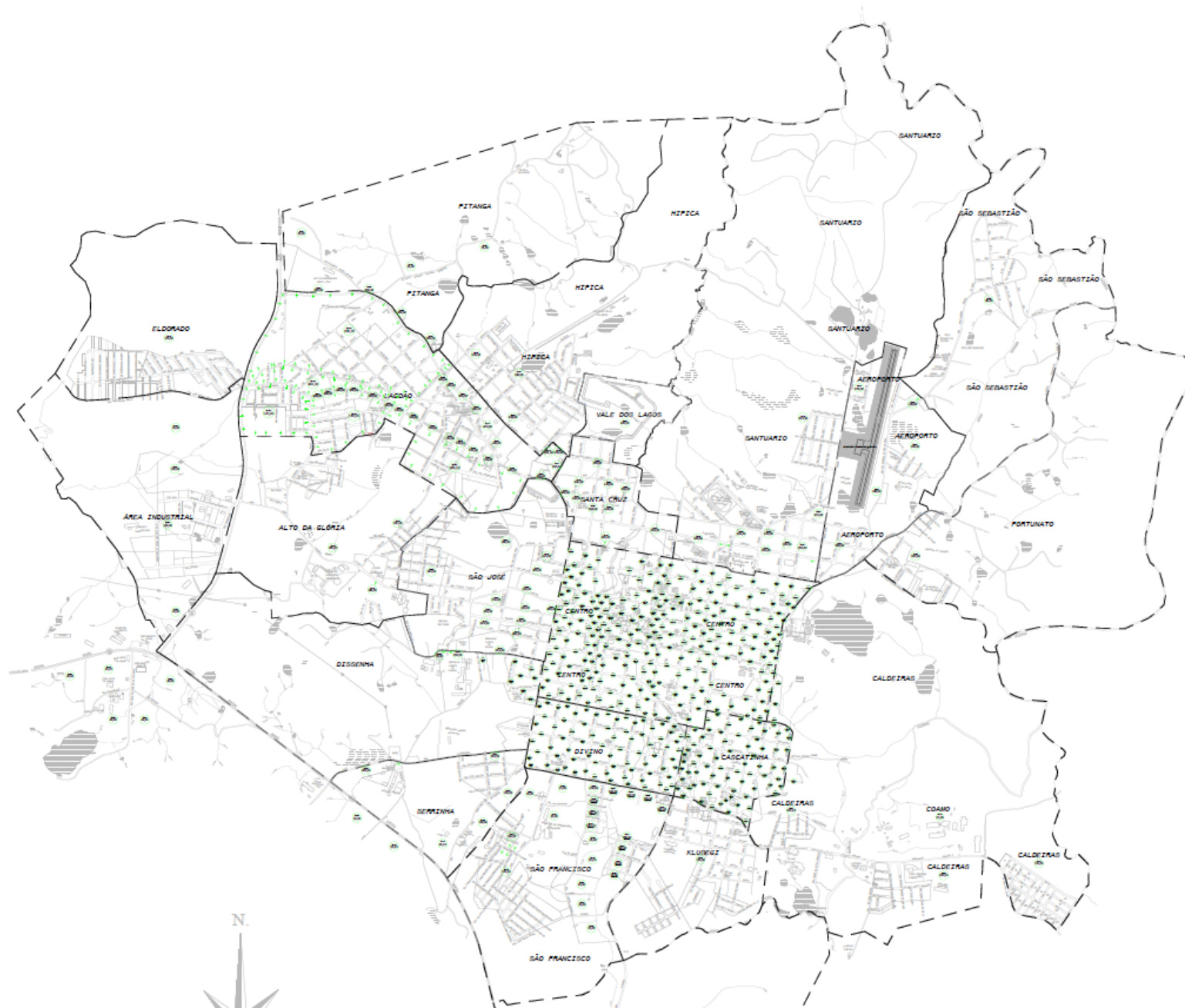
Carlos Roberto Biazotto

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR, em 07 de abril de 2022.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolaou - Prefeito Municipal

PLANTA GENÉRICA - PALMAS/PR 2022



DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

- ▶ 14.746 IMÓVEIS CADASTRADOS NA ÁREA URBANA PARA FINS DE IPTU
- ▶ INFORMAÇÕES POR BAIRRO:
 - ▶ CENTRO: 3.137 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 2.191.410,16 (R\$ 698,57/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 3.033.949,08 (R\$ 967,15/IMÓVEL)
 - ▶ DIVINO: 747 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 278.355,40 (R\$ 372,63/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 747.442,49 (R\$ 1.000,59/IMÓVEL)

DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

- ▶ CASCATINHA: 607 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 174.817,75 (R\$ 288,00/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 637.446,67 (R\$ 1.050,16/IMÓVEL)
- ▶ KLUBEGI: 505 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 150.705,84 (R\$ 298,43/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 355.783,03 (R\$ 704,52/IMÓVEL)
- ▶ CALDEIRAS: 763 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 191.596,41 (R\$ 251,11/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 1.562.809,01 (R\$ 2.048,24/IMÓVEL)

DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

▶ SÃO FRANCISCO: 942 IMÓVEIS

▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 168.324,79 (R\$ 178,69/IMÓVEL)

▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 581.010,47 (R\$ 616,78/IMÓVEL)

▶ SERRINHA: 288 IMÓVEIS

▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 127.454,60 (R\$ 442,55/IMÓVEL)

▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 401.434,64 (R\$ 1.393,87/IMÓVEL)

▶ DISSENHA: 203 IMÓVEIS

▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 203.498,80 (R\$ 1.002,46/IMÓVEL)

▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 388.192,74 (R\$ 1.912,28/IMÓVEL)

DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

▶ SÃO JOSÉ: 1.141 IMÓVEIS

- ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 379.610,72 (R\$ 332,70/IMÓVEL)
- ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 909.043,83 (R\$ 796,71/IMÓVEL)

▶ ALTO DA GLÓRIA: 533 IMÓVEIS

- ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 81.041,90 (R\$ 152,05/IMÓVEL)
- ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 328.404,31 (R\$ 616,14/IMÓVEL)

▶ LAGOÃO: 2.965 IMÓVEIS

- ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 438.941,64 (R\$ 148,04/IMÓVEL)
- ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 1.693.156,54 (R\$ 571,05/IMÓVEL)

DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

▶ ÁREA INDUSTRIAL: 37 IMÓVEIS

- ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 42.627,53 (R\$ 1.152,10/IMÓVEL)
- ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 125.134,97 (R\$ 3.382,03/IMÓVEL)

▶ HÍPICA: 426 IMÓVEIS

- ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 94.243,11 (R\$ 221,23/IMÓVEL)
- ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 353.196,49 (R\$ 829,10/IMÓVEL)

▶ SANTA CRUZ: 608 IMÓVEIS

- ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 216.896,72 (R\$ 356,74/IMÓVEL)
- ▶ PREVISÃO DE RECEITA EM 2023: R\$ 654.087,90 (R\$ 1.075,80/IMÓVEL)

DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

- ▶ SANTUÁRIO: 874 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 228.156,49 (R\$ 261,05/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 635.154,06 (R\$ 726,72/IMÓVEL)
- ▶ AEROPORTO: 545 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 96.708,64 (R\$ 177,45/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 256.701,16 (R\$ 471,01/IMÓVEL)
- ▶ FORTUNATO: 65 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 7.394,57 (R\$ 113,76/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 37.519,28 (R\$ 577,22/IMÓVEL)
- ▶ SÃO SEBASTIÃO: 360 IMÓVEIS
 - ▶ ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 21.224,02 (R\$ 58,96/IMÓVEL)
 - ▶ PREVISÃO DE RECEITA PARA 2023: R\$ 144.491,15 (R\$ 401,36/IMÓVEL)

DADOS DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA

- ▶ IMÓVEIS CADASTRADOS: 14.746
- ▶ TOTAL DA ARRECADAÇÃO EM 2021: R\$ 4.876.112,37
- ▶ PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DE IPTU EM 2022: R\$ 5.399.806,84
- ▶ PREVISÃO TOTAL DE RECEITA EM 2023: R\$ 16.987.324,46

TODA E QUALQUER INCORREÇÃO PODERÁ SER REVISADA PELA COMISSÃO ESPECIAL QUE SE MANTERÁ ATIVA DURANTE O PRIMEIRO ANO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA PGV

NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL